

Das gravações à confissão

A história da lista dos votos secretos da sessão que cassou, em 28 de junho passado, o mandato de Luiz Estevão de Oliveira Neto, veio à tona em fevereiro. Mas só ganhou contornos de uma crise sem solução à vista na última semana. A ex-diretora do Pro-

dasen Regina Célia Peres Borges revelou que violou o painel eletrônico do Senado por ordem do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), e que este fez a pedido de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O que a revista IstoÉ publicou — ACM declarando a procuradores da

República que teve acesso à lista — ganhou ares de verdade irrefutável. Agora, ACM e Arruda correm o risco de perder o mandato. O caso vai evoluir esta semana. Os dois senadores acusados falam na quinta-feira ao Conselho de Ética do Senado.

A CRONOLOGIA DO CASO

28
DE JUNHO
DE 2000

O Senado Federal cassa o mandato do senador Luiz Estevão por quebra de decoro parlamentar (foto). O senador é acusado de ser um dos cabeças no desvio de R\$ 196,7 milhões das obras do TRT de São Paulo. Cassado, Estevão está inelegível por oito anos a partir do término do mandato para o qual foi eleito (2006), totalizando um período de 14 anos e meio fora da política.

José Varella 28.6.00



19
DE FEVEREIRO
DE 2001

Menos de uma semana depois de deixar a presidência do Senado, Antonio Carlos Magalhães vai ao Ministério Público da União e reúne-se com os procuradores da República Luiz Francisco de Souza (foto), Guilherme Schelb e Eliana Torelly. A conversa foi gravada, sem que o senador soubesse, por Luiz Francisco.



Jedison Alves / AE 2.3.01

22
DE FEVEREIRO

A revista IstoÉ revela trechos da conversa entre o senador baiano e os procuradores. Segundo a revista, ACM disse o seguinte: "A (senadora) Heloísa Helena (PT-AL) votou a favor do Luiz Estevão. Votou a pedido do (senador) Renan

Calheiros (PMDB-AL). Depois ela disse que não votou, xingou. Eu tenho a lista de todo mundo que votou a favor e contra o Luiz Estevão. Não podemos falar porque o Luiz Estevão vai tentar anular. Anistiar o Luiz Estevão? Aí quebra o Senado."

A guilhotina é tirada do baú do Planalto por causa das novas acusações contra o governo publicadas na IstoÉ. O presidente FHC decide demitir os ministros da Previdência, Waldeck Ornélas, e de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho. ACM reage: "Ele quer demonstrar uma autoridade que não possui."

23
DE FEVEREIRO

A senadora Heloísa Helena (foto) nega que tenha votado contra a cassação de Luiz Estevão. Mesmo assim, líderes de seu partido pedem a cassação de Antonio Carlos Magalhães. O procurador Luiz Francisco diz que a revista IstoÉ omitiu parte da declaração do senador em que ele explicou que a senadora revelou a várias pessoas que queria manter Luiz Estevão no Senado para que ele atacasse ACM. O senador baiano afirma, de Miami, que conhecia o voto dos senadores apenas com base em conversas e deduções. Nega que o sigilo da votação tenha sido quebrado.

Ronaldo de Oliveira 17.4.01



24
DE FEVEREIRO

Ainda de Miami, ACM ataca o presidente Fernando Henrique Cardoso ao acusá-lo de "leniente e tolerante em agir contra os corruptos". E diz que a corrupção do governo FHC é maior do que nos tempos de

Fernando Collor. O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), cria uma comissão de inquérito para apurar se o sistema eletrônico de votação pode ser violado, revelando-se votos secretos de senadores. O fabricante do painel eletrônico afirma que o sistema pode ser violado pelos técnicos que o operam.

2
DE MARÇO

A revista IstoÉ publica nova versão da conversa entre ACM e os procuradores. Nessa versão, há uma frase do assessor de imprensa de ACM, Fernando César Mesquita. Quando o senador baiano diz que tinha lista de votação dos senadores, Mesquita afirma: "Mas isso o senhor não pode falar. Tem que tomar cuidado. Ele pode querer anular e vai dizer que o senhor quebrou o sigilo da votação". ACM

nega que os diálogos tenham acontecido dessa maneira e afirma que, se estão gravados, a fita foi forjada. O procurador Luiz Francisco entrega uma fita ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

3
DE MARÇO

O jornal Folha de S. Paulo publica a informação de que o Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) elaborou lista com os senadores que votaram a favor e contra a cassação de Luiz Estevão em junho de 2000.

8
DE MARÇO

A perícia realizada pelo perito Ricardo Molina (foto) e técnicos do Laboratório de Fonética Forense e Processamento de Imagens, levada ao plenário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado confirma que a fita é autêntica. Mas, segundo Molina, "há uma grande divergência entre o que a revista publicou e o que está na fita periciada."

Jefferson Rudy



26
DE MARÇO

Os técnicos da Unicamp (foto) examinam os computadores que integram o sistema de votação do Senado e comprovam que o painel de votação é uma penneira, com 18 pontos de vulnerabilidade.

Marcos Peron / Folha Imagem



16
DE ABRIL

A ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges confessa que houve violação no painel eletrônico. Ela diz aos integrantes da comissão de inquérito que o senador José Roberto Arruda, líder do governo, teria dado a ordem pessoalmente, no dia 27, afirmando ser um pedido do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que teria telefonado depois para agradecer. A lista com os votos da sessão que cassou Estevão teria sido entregue a Domingos Lamoglia, assessor de Arruda. O técnico Heitor Ledur confirma a versão de Regina.

17
DE ABRIL

Comissão de inquérito divulga laudo da Unicamp que confirma a retirada da lista dos computadores do Senado com os votos. Segundo o documento da Unicamp, a fraude não afetou as intenções de voto dos senadores. Embora executada antes da sessão secreta, a interferência no sistema se prestou apenas para extração da lista. Arruda reagiu: "Nunca vi nenhuma lista. Nunca a pedi nem a recebi". ACM também negou e sugeriu que fosse feita uma acareação com Regina Borges.

18
DE ABRIL

Arruda decide ir à tribuna do Senado para se defender. Faz uma reconstituição com fotos e declarações de sua agenda do dia 27 (dia em que, segundo Regina Borges, os dois teriam se encontrado). O discurso do senador foi considerado sofrível pelo Palácio do Planalto. Mas Arruda achou o contrário. Permaneceu na liderança do governo.

19
DE ABRIL

Arruda deixa a liderança do governo. O senador alega uma decisão de foro íntimo e diz que não sofreu nenhum tipo de pressão do presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) assume a liderança do governo. Durante cinco horas, Regina Borges (foto) depõe na Comissão de Ética e reafirma que violou o painel de votação por ordem dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Regina repetiu que ACM telefonou para agradecer pela missão cumprida e que Arruda pediu que ela mantivesse o silêncio "até sob tortura".



Carlos Moura